

Escuta telefônica, um hábito na política.

O detector de escutas telefônicas (ou “grampo”) instalado em todos os telefones diretos do comitê central da campanha do presidente Fernando Collor de Mello (PRN), em Brasília, não é novidade para o PDT, que há muito não tem dúvidas de ser vítima de censura telefônica.

O aparelho para identificar escutas foi instalado pelo chefe de segurança de Collor, coronel Otávio Albuquerque, que diz ter recebido denúncias de “grampos” também nos comitês de Brizola (PDT) e Lula (PT).

Desde o ano passado o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, tem um detector de “grampos”, comprado nos Estados Unidos, acoplado ao telefone de sua casa em Brasília. Outro aparelho será instalado em breve na sua residência no Rio de Janeiro. Segundo Brandão Monteiro, o detector denuncia freqüentemente que suas conversas estão sendo ouvidas. “A luz vermelha do meu aparelho vive vermelha”, revela o deputado, explicando que o sinal vermelho indica que a ligação está “grampeada”.

Brandão conta que, certa vez, um funcionário do PDT na Câmara, George Michel, tentou fazer uma ligação. Já avisado sobre a possibilidade de “grampo” e irritado, Michel agrediu verbalmente o “espião” através do telefone. Surpreso, Michel ouviu, de algum lugar na linha, a resposta: “Seu comunista safado, nós ainda vamos te pegar”.

Longa história

Há pelo menos 50 anos a escuta telefônica preocupa os políticos. Tanto que até os aparelhos do presidente Sarney e do próprio ministro



Brandão Monteiro e o detector de “grampos”

das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, têm acoplado um misturador de vozes para dificultar a identificação das conversas. Não é para menos, quando era chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o ex-presidente Figueiredo dizia que “não há força humana que impeça a censura telefônica”. Em 1983, o próprio Figueiredo acabou vítima de “grampeação” — uma “varredura” localizou um aparelho de escuta dentro do gabinete presidencial.

O ex-presidente Tancredo Neves não tratava de assuntos sérios por telefone. E até o aparelho do ex-presidente Ernesto Geisel chegou a ser “grampeado” pelo seu próprio secretário particular, Heitor de Aquino, que, descoberto, convenceu Geisel da necessidade das gravações em nome da segurança nacional. Já em 1969, uma conversa do ex-deputado José Maria Alckmin com o vice Pedro Aleixo foi gravada.

Proibido, mas simples

Proibida pela Constituição e pelo Código Brasileiro de Comunicações (o “grampo” só é permitido com autorização judicial em caso de investigação criminal ou para instrução de processo penal), a escuta telefônica é um sistema acessível a qualquer pessoa. Todo o material necessário é comercializado livremente nas lojas de materiais eletrônicos.

O “grampo” — para escuta ou para gravação da conversa — pode ser instalado na caixa de distribuição do prédio onde está o aparelho desejado; na “roseta” (peça presa à parede próxima ao telefone); ou na central telefônica, através de suborno de algum funcionário ou com autorização judicial. O método mais simples é usar dois fios de telefone com dois “jacarés” nas pontas (como um prendedor de roupas). Adaptado aos fios do telefone desejado, na caixa de distribuição, por exemplo, o sistema é acionado sempre que o aparelho for tirado do gancho. Segundo o jurista Miguel Reale Júnior, o artigo 151 do Código Penal diz que é crime a violação da comunicação e a pena é de um a seis meses de detenção, ou multa. O problema é que é difícil provar que um telefone está “grampeado”.